



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO

**PARECER MISTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E
EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 023/2025**

PROJETO DE LEI Nº 008/2025

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026-2029 de São Francisco do Brejão – MA.

EMENTA: PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL 2026-2029. OBRIGATORIEDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA. ESTATUTO DA CIDADE. CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA VALIDADE. COMPATIBILIDADE COM LDO E LOA. REQUISITO FUNDAMENTAL PARA COERÊNCIA FISCAL. PLANO DIRETOR COMO ORIENTADOR DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. INTEGRAÇÃO COM PLANO PLURIANUAL. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO FISCAL. PILARES DA BOA GOVERNANÇA. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA. PLANO DIRETOR NORTEADOR DO PLANEJAMENTO. FUNDAMENTO PARA O PLANO PLURIANUAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DE MÉDIO PRAZO.

Procederei à análise da temática acima indicada - a título opinativo e informativo, tendo como objetivo trazer os esclarecimentos jurídicos necessários sobre o assunto.

1. RELATÓRIO

A presente análise jurídica tem como objetivo precípuo de emitir parecer quanto ao Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) do município de São Francisco do Brejão, Estado do Maranhão, para o período de 2026-2029. Este documento fundamental para o planejamento governamental municipal, delineia as diretrizes, objetivos e metas que nortearão as ações da administração pública ao longo dos próximos quatro anos, refletindo as prioridades estabelecidas pela gestão em consonância com as necessidades e aspirações da população brejãoense. A elaboração do PPA é um processo complexo e democrático, que envolve a participação de diversos setores da sociedade, garantindo que as políticas públicas a serem implementadas sejam verdadeiramente representativas dos anseios



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO**

coletivos e capazes de promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social no município.

O Projeto de Lei em questão, após minuciosa elaboração pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão, com a devida participação de secretarias e órgãos competentes, foi submetido à apreciação deste profissional para análise e emissão de parecer. A proposta legislativa compreende um conjunto abrangente de programas e ações estratégicas, distribuídos em eixos temáticos que visam o aprimoramento dos serviços públicos essenciais, a promoção do desenvolvimento econômico e social, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Dentre os pontos de maior relevância, destacam-se as iniciativas voltadas para a educação, saúde, infraestrutura, geração de emprego e renda, e o fortalecimento da agricultura familiar, pilares essenciais para o progresso contínuo e equilibrado do município.

A tramitação do Projeto de Lei na esfera municipal seguiu os ritos estabelecidos pela legislação pertinente, assegurando a transparência e a participação democrática em todas as suas etapas. Inicialmente, o plano foi objeto de amplo debate em audiências públicas, onde a população teve a oportunidade de apresentar suas contribuições e sugestões, enriquecendo o conteúdo final do documento. Posteriormente, o texto foi encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores, onde passou por análise das comissões temáticas e pela devida discussão em plenário, demonstrando o compromisso do Poder Legislativo em aprovar um instrumento de planejamento que efetivamente atenda às demandas do município. A convergência de esforços entre os poderes Executivo e Legislativo é um indicativo claro da maturidade política e administrativa de São Francisco do Brejão.

É imperativo ressaltar que o Plano Plurianual de São Francisco do Brejão, ora em análise, representa um compromisso formal da administração pública com a efetivação de um projeto de desenvolvimento municipal que seja ao mesmo tempo ambicioso e factível. As metas estabelecidas foram definidas com base em estudos técnicos e diagnósticos da realidade local, buscando otimizar a alocação de recursos públicos e garantir a eficiência na execução das políticas. A clareza e a objetividade com que os objetivos e as ações estão descritos no projeto de lei permitem uma fácil compreensão por parte de todos os envolvidos, desde os gestores públicos até os cidadãos, facilitando o acompanhamento e a fiscalização da sua implementação.



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO**

A elaboração deste Plano Plurianual foi pautada por princípios de boa gestão e responsabilidade fiscal, buscando conciliar as aspirações de desenvolvimento com a sustentabilidade financeira do município. Os programas e projetos nele contidos foram cuidadosamente selecionados e priorizados, considerando o potencial de impacto positivo na vida da população e a capacidade de execução da administração. A visão de futuro que emana do documento é de um município mais próspero, justo e com melhor qualidade de vida para todos os seus habitantes, consolidando São Francisco do Brejão como um polo de desenvolvimento regional e um lugar cada vez mais acolhedor e promissor para se viver e investir.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise jurídica debruça-se sobre o Projeto de Lei que estrutura o Plano Plurianual (PPA) do município de São Francisco do Brejão – MA, examinando sua conformidade com o arcabouço normativo que rege o planejamento governamental e a gestão fiscal no ordenamento jurídico brasileiro. O escopo deste parecer é dissecar os fundamentos legais que sustentam a iniciativa do Poder Executivo Municipal, bem como os requisitos para a aprovação do referido plano pela Câmara Municipal, assegurando a observância dos princípios da legalidade, da transparência e da participação democrática na condução da política pública.

O Plano Plurianual (PPA) consubstancia-se como o principal instrumento de planejamento de médio prazo do Poder Executivo, delineando as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. A Constituição Federal, em seu Art. 165, I, atribui ao Poder Executivo a iniciativa privativa de propor a lei que instituirá o PPA. Em complemento, o § 1º do mesmo artigo detalha que esta lei estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada. Tal preceito constitucional fundamenta a iniciativa do Poder Executivo Municipal na apresentação do projeto de lei em comento, o qual, ao detalhar as ações governamentais para os próximos anos, alinha-se ao escopo constitucional de organização das finanças e do planejamento público.

A observância a este preceito constitucional é corroborada pelo Art. 4º, III, "d" e "e", da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que elenca o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual como



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO**

instrumentos de planejamento municipal. A interconexão desses instrumentos, conforme será detalhado adiante, assegura a coerência e a efetividade das políticas públicas. Nesse contexto, a apresentação do Projeto de Lei do Plano Plurianual de São Francisco do Brejão – MA pelo Poder Executivo Municipal cumpre o papel fundamental de orientar a gestão pública e a alocação de recursos, garantindo a previsibilidade e a eficiência na execução das políticas públicas municipais, em estrita conformidade com a ordem jurídica vigente.

a) Da Gestão Orçamentária Participativa como Condição de Validade

A gestão orçamentária participativa emerge como um dos pilares da gestão pública moderna, impulsionando a consolidação da democracia e a legitimidade das ações governamentais. No que tange à elaboração e aprovação dos instrumentos de planejamento orçamentário, a participação popular, por meio de debates, audiências e consultas públicas, não se configura como mera formalidade, mas como condição de validade para a aprovação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual no âmbito municipal.

Nesse sentido, o Art. 44 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) estabelece de forma categórica a obrigatoriedade da gestão orçamentária participativa no âmbito municipal, determinando que a aprovação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual pela Câmara Municipal esteja condicionada à realização de debates, audiências e consultas públicas. Tal dispositivo legal visa assegurar que as decisões sobre o planejamento e a alocação de recursos públicos reflitam as necessidades e anseios da coletividade, fortalecendo o controle social e a transparência na gestão pública. A Constituição Federal, em seu Art. 165, ao dispor sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais como leis de iniciativa do Poder Executivo, delimita o arcabouço legal para a organização do orçamento público, sendo que a forma de sua organização e aprovação deve, sempre que possível, incorporar a participação cidadã, conforme preconizado pelo Estatuto da Cidade. Portanto, a observância rigorosa do processo de gestão orçamentária participativa, com a promoção de debates, audiências e consultas públicas, é imperativa para a legitimidade democrática do instrumento de planejamento e para a validade de sua aprovação pela Câmara Municipal, em conformidade com o Art. 44 da Lei nº 10.257/2001.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO

b) Da Integração do Plano Plurianual com o Plano Diretor Municipal

A elaboração do Plano Plurianual de São Francisco do Brejão – MA, para que se revista de plena validade e eficácia, deve encontrar seu alicerce fundamental no Plano Diretor Municipal, instrumento basilar da política de desenvolvimento e expansão urbana. Conforme preconiza o Art. 40 da Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas. Essa diretriz legal estabelece uma relação intrínseca e hierárquica entre o planejamento urbano de longo prazo e o planejamento orçamentário, assegurando que as ações governamentais reflitam uma visão estratégica e integrada do desenvolvimento municipal.

Ademais, o Art. 41 da Lei nº 10.257/2001 detalha a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor para diversas categorias de cidades, incluindo aquelas com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, ou que apresentem impacto ambiental significativo, áreas de interesse turístico, ou suscetibilidade a desastres naturais. A norma, ao definir critérios claros para a obrigatoriedade do Plano Diretor, reforça sua importância como guia para o desenvolvimento urbano sustentável e a gestão pública. A ausência ou inadequação deste plano compromete a legitimidade e a eficácia dos demais instrumentos de planejamento, incluindo o Plano Plurianual, que deve ter suas bases e diretrizes definidas em consonância com a visão de longo prazo estabelecida no Plano Diretor. A aprovação do Projeto de Lei do Plano Plurianual, portanto, deve ser considerada sob a ótica da conformidade com o Plano Diretor Municipal, garantindo a integração das diretrizes urbanísticas no planejamento plurianual, o que é um requisito essencial para a validade e a eficácia das políticas públicas, em estrita observância ao Art. 40, § 1º, da Lei nº 10.257/2001.

c) Da Compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA

A compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) constitui um pilar essencial para a organização e a eficácia da gestão fiscal e do planejamento governamental, assegurando a coesão e o direcionamento das ações do Poder Público para o cumprimento de metas e objetivos previamente estabelecidos. A fundamentação jurídica para essa exigência reside na



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO**

própria estrutura do sistema orçamentário brasileiro, conforme estabelecido no Art. 165 da Constituição Federal, que determina a iniciativa do Poder Executivo para a proposição do PPA, da LDO e dos orçamentos anuais.

Nesse sentido, o Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) detalha essa interligação ao determinar que o projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Este dispositivo legal é explícito ao afirmar que a LOA "conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º". Tal exigência visa garantir a unidade e a coerência entre as políticas de médio e longo prazo (PPA), as prioridades e metas anuais (LDO) e a alocação de recursos para o exercício financeiro (LOA). Ademais, o Art. 40 da Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, reforça essa integração ao dispor que o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o PPA, a LDO e a LOA incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas, evidenciando a necessidade de uma visão integrada do planejamento urbano e orçamentário. A aprovação do projeto de lei que dispõe sobre o plano plurianual, desde que demonstre essa necessária compatibilidade com os demais instrumentos de planejamento e orçamento, representa um avanço na transparência e na efetividade da gestão pública municipal, alinhando-se aos preceitos de boa governança e responsabilidade fiscal, em cumprimento ao Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao Art. 40 da Lei nº 10.257/2001.

d) Da Transparência e da Participação Popular na Gestão Fiscal

A transparência e a participação popular na gestão fiscal e orçamentária constituem pilares essenciais para a boa governança pública, especialmente no contexto da elaboração e aprovação do Plano Plurianual (PPA) de um município. O Projeto de Lei em apreço, ao detalhar as diretrizes e metas para os próximos quatro anos em São Francisco do Brejão - MA, encontra na transparência e na participação social um alicerce fundamental para sua legitimidade e eficácia. A exigência de debates, audiências e consultas públicas, conforme preconiza o Art. 44 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), reforça a importância de envolver a sociedade na formulação de instrumentos de planejamento e orçamento, garantindo que as decisões reflitam as necessidades e anseios da coletividade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Art. 48, eleva a transparência da gestão fiscal a um patamar de destaque, ao dispor que



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO

planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias são instrumentos cruciais para tal fim. A norma estabelece que estes documentos devem ser amplamente divulgados, inclusive por meios eletrônicos, e incentiva a participação popular e a disponibilização de informações em tempo real sobre a execução orçamentária e financeira. Este dispositivo legal, ao determinar a publicidade e o acesso facilitado às informações fiscais e orçamentárias, alinha-se perfeitamente com a natureza participativa e democrática do Plano Plurianual, promovendo o controle social sobre as ações governamentais e fortalecendo a accountability dos gestores públicos. A aprovação do Projeto de Lei do Plano Plurianual para São Francisco do Brejão - MA, em consonância com os preceitos de transparência e participação popular insculpidos na legislação, fortalece a governança municipal e a confiança da sociedade nas instituições. A observância do Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, ao garantir a ampla divulgação e o incentivo à participação social na elaboração e discussão do PPA, assegura que o planejamento municipal seja um reflexo das prioridades coletivas, promovendo um desenvolvimento mais justo e equitativo.

3. CONCLUSÃO

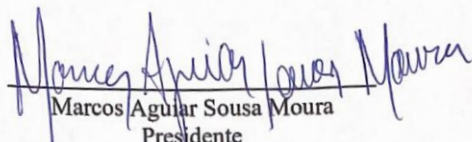
Diante do exposto e considerando todas as normativas e argumentações jurídicas abordadas e aplicáveis ao caso em questão, concluo a consulta solicitada. Este parecer, embasado em criteriosa análise, reflete meu entendimento jurídico sobre a matéria, devendo ser considerado como tal para os devidos fins - e sem que perca o caráter meramente opinativo e interpretativo **e visto que o presente projeto de lei atende aos pressupostos legais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser votado e aprovado.**


São Francisco do Brejão – MA, 25 de novembro de 2025.

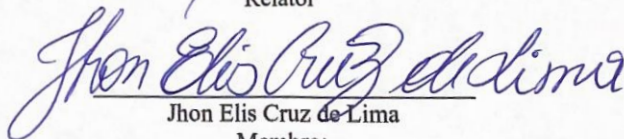


ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
CÂMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO

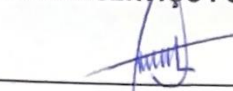
JUSTIÇA E REDAÇÃO

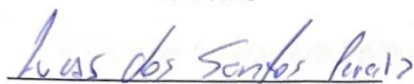

Marcos Aguiar Sousa Moura
Presidente

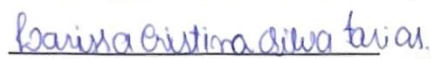

Francisco Perera de Moraes
Relator


Jhon Elis Cruz de Lima
Membro:

OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS


Francisco do Santos Silva
Presidente

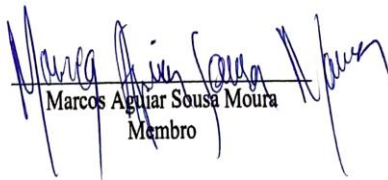

Lucas dos Santos Pereira
Relator


Larissa Cristina Silva Farias
Membro

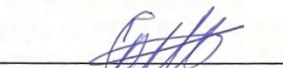
FINANÇAS E ORÇAMENTO


Tiago Lima Cavalcante
Presidente



Jhon Elis Cruz de Lima
Relator


Marcos Aguiar Sousa Moura
Membro

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL


Francisco Pereira de Moraes
Presidente


Jhon Elis Cruz de Lima
Relator


Francisco do Santos Silva
Membro